

ISSN: 0101-6342



Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

n. 96 – jul. 2024 – dez. 2024

Revista do Ministério Público do RS	Porto Alegre	n. 96	jul. 2024 – dez. 2024	p. 1-576
-------------------------------------	--------------	-------	-----------------------	----------

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 96 – jul. 2024 – dez. 2024

Conselho Especial de Professores Doutores Convidados

Alaor Carlos Lopes Leite – Universidade de Lisboa – POR
André de Azevedo Coelho – FMPRS
André Rafael Weyermüller – FEEVALE e UNISINOS
Andrés Molina Giménez – Universidade de Alicante – ESP
Ângelo Roberto Ilha da Silva – UFRGS
Anízio Pires Gavião Filho – FMPRS
Antônio Carlos Nedel – UNISINOS
Bruno Heringer Junior – FMPRS
Bruno Miragem – UFRGS
Carla Amado Gomes – Universidade de Lisboa – POR
Carlos Magno de Souza Paiva – UFOP
Caroline Vaz – PUCRS
Celso Maran de Oliveira – UFSCAR
Cláudia Lima Marques – UFRGS
Cristiano Heineck Schmitt – PUCRS
Daniela Pellin – UNISINOS
David Silva Ramalho – Universidade de Lisboa – POR
Décio Luiz Alonso Gomes – IBMEC/RJ e EMERJ
Delton Winter de Carvalho – UNISINOS
Esther Pillado González – Universidade de Vigo – ESP
Fábio Roberto D'Ávila – PUCRS
Fernanda Figueira Tonetto – UDF
Francisco Humberto Cunha Filho – UNIFOR
Gabriel de Jesus Tedesco Wedy – UNISINOS
Gabriel Real Ferrer – Universidade de Alicante – ESP
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet – PUCRS
Hermes Zaneti Júnior – UFES
Ingo Wolfgang Sarlet – PUCRS
Jayme Weingartner Neto – PUCRS
José Casalta Nabais – Universidade de Coimbra – POR
José Rubens Morato Leite – UFSC
Lenio Luiz Streck – UNISINOS
Lídia Garrido Corbobera – Universidade de Buenos Aires – ARG
Luana de Carvalho Silva Gusso – UNIVILLE
Luciana Turatti – UFRGS e UNIVATES
Manoel Gustavo Neubarth Trindade – UNISINOS
Marcílio Toscano Franca Filho – UFPB
Maria João Antunes – Universidade de Coimbra – POR
Mauro Fonseca Andrade – UFRGS
Melissa Guimarães Castello – PUCRS
Miguel Tedesco Wedy – UNISINOS
Nestor Caferatta – Universidade de Buenos Aires – ARG
Nicolás Rodríguez-García – Universidade de Salamanca – ESP
Orlando Faccini Neto – UFRGS e IDP
Paulo de Souza Mendes – Universidade de Lisboa – POR
Ricardo Antônio Lucas Camargo – UFRGS
Rodrigo Moraes de Oliveira – PUCRS
Rodrigo Vieira Costa – UFERSA
Rui Soares Pereira – Universidade de Lisboa – POR
Sérgio Viana Severo – UFRGS
Talden Farias – UFPB e UFPE
Thiago André Pierobom de Ávila – UNICEUB
Wilson Engelmann – UNISINOS

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Ana Luisa Seixas	José Alexandre Zachia Alan
Ana Luiza Baccin Carvalho	Júlia Gruppioni Passos
André Rafael Weyermüller	Kryslaine de Oliveira Silva
Andréa Diana Oberherr	Luana de Carvalho Silva Gusso
Bruno Gruppioni Passos	Luciane Wagner Molter
Carolina de Albuquerque	Luciano Furtado Loubet
Caroline Dimuro Bender D'Avila	Luís Alberto Thompson Flores Lenz
Celso Maran de Oliveira	Maira Nunes Farias Portugal
Claudia Daniela Diefenbach	Marcel Britto
Weyermüller	Marco Antonio Santos Amorim
Daniela Pellin	Maria Carolina Chaves de Sousa
Elen Pessoa de Queiroz Ribeiro	Patrícia Maldaner Cibils
Evelise Moraes Ribas	Ricardo Antonio Lucas Camargo
Gabriel Wedy	Sarah Clarimar Ribeiro de Miranda
Gilson Pacheco Bomfim	Tatiana Vieira de Moraes
Glauca Maria Araújo Ribeiro	Thiago Serpa Erthal
Haide Maria Hupffer	Valerio de Oliveira Mazzuoli
Ibraim Rocha	Viviane de Jesus e Jesus
João Gaspar Rodrigues	Yara Maciel Camelo
João Paulo Fontoura de Medeiros	Yves Marcel Seraphim

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 96 – jul. 2024 – dez. 2024



Porto Alegre
2024

© dos autores, 2024

Organização

Reni Brod

presidencia@amprs.org.br – Fone: (51) 3254.5306

Revisão

Daniela Falavigna

danifalavigna74@gmail.com – Fone: (51) 99163.5406

Editoração eletrônica

Nilmara Trindade da Silveira

nilsilveira@cpovo.net – Fone: ☎ (51) 99919.4758

Direitos desta edição reservados por
AMP/RS

A Revista do Ministério Público é uma publicação da
Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS,
www.revistadomprs.org.br

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
90050-191 – Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3254.5300
amprs@amprs.org.br
www.amprs.org.br

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 96 (2024)-.
– Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm
Semestral
ISSN 0101-6342
1. Direito Público. 2. Direito Privado. 3. Direito Institucional. 4. Ambiental.
5. Constitucional. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público.
II. Schneider Flach, Michael (Diretor da Publicação)
Índice para catálogo sistemático:
Direito – Periódicos CDU 34(051)
CDD 340.05

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária: Kátia Minatto Leal – CRB 10/1697

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA
E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO
DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA
QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS
NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (“INTERNET”),
NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR,
SEM QUALQUER DIREITO AUTORAL

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO	9
APRESENTAÇÃO	13

DOCTRINA NACIONAL

1	A COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL COMO DIREITO HUMANO: resolvendo o problema da (i)maturidade cidadã..	15
	Daniela Pellin	
2	A ORDEM DOS FATORES ALTERA O PRODUTO? A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL BRASILEIRO	33
	Ana Luiza Baccin Carvalho	
3	AS NOVAS ONDAS DE ACESSO À JUSTIÇA E A APLICABILIDADE DESTAS NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO.....	53
	Bruno Gruppioni Passos	
	Viviane de Jesus e Jesus	
	Júlia Gruppioni Passos	
4	DIAGNÓSTICO DE MUNICÍPIOS DA BACIA DO RIO DOS SINOS QUE UTILIZAM MEDIDAS LID COMO FORMA DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	69
	André Rafael Weyermüller	
	Andréa Diana Oberherr	
	Luciane Wagner Molter	

5	EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ATRAVÉS DA ACP Luís Alberto Thompson Flores Lenz	93
6	EXPECTATIVAS INDISTINTAS: limites da divisão entre materialidade e imaterialidade do patrimônio cultural..... Yves Marcel Seraphim Ana Luisa Seixas	107
7	EXPLORAÇÃO DE POTÁSSIO EM AUTAZES: a demarcação de terras e a degradação ambiental sob a perspectiva institucional do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário Glaucia Maria Araújo Ribeiro Sarah Clarimar Ribeiro de Miranda Kryslaine de Oliveira Silva	129
8	LIMITES E POSSIBILIDADES DE ALTERAÇÃO DO PRENOME: avanços promovidos pela legislação e pela jurisprudência brasileiras..... Caroline Dimuro Bender D’Avila	155
9	LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... Gabriel Wedy	169
10	MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS (MTD): um estudo comparativo dos Estados Unidos, União Europeia e sua aplicação no Brasil..... Luciano Furtado Loubet Maira Nunes Farias Portugal	207
11	O LAMENTÁVEL APERFEIÇOAMENTO DA ADOÇÃO “À BRASILEIRA”: duas faces de uma – reprovável – moeda a que jurisdicionalmente se há de dar a devida atenção João Paulo Fontoura de Medeiros	243
12	O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL SOB A PERSPECTIVA DA INCOMPLETUDE DO CONTRATO Patrícia Maldaner Cibils	257
13	O RISCO DA INAÇÃO: a atuação do Ministério Público como guardião do Meio Ambiente ecologicamente equilibrado Claudia Daniela Diefenbach Weyermüller Haide Maria Hupffer	269

14	PANORAMA DA TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA SOBRE A RENDA NO BRASIL: anomalias, perspectivas e desafios	293
	Gilson Pacheco Bomfim	
15	“PARQUES DE PAPEL” E O PARADOXO DA COMPENSAÇÃO ..	319
	Thiago Serpa Erthal	
16	PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA AMBIENTAL: contribuição do fórum de cidadãos participantes para mudança de modelo de audiências públicas	339
	Celso Maran de Oliveira	
	Tatiana Vieira de Moraes	
	Marcel Britto	
	Carolina de Albuquerque	
	Maria Carolina Chaves de Sousa	
	Elen Pessoa de Queiroz Ribeiro	
17	REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO PACTO FEDERATIVO: O CASO DAS VAGAS EM CRECHES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E O PAPEL DO PROCESSO ESTRUTURAL.....	361
	Yara Maciel Camelo	
18	SOCIEDADE SEBASTIÃO LUCAS PEREIRA: reflexões sobre efetividade do tombamento como recurso jurídico para a proteção do patrimônio afro-brasileiro em Itajaí, SC	375
	Evelise Moraes Ribas	
	Luana de Carvalho Silva Gusso	
19	SISTEMAS ECONÔMICOS E IDEOLOGIA CONSTITUCIONALMENTE ADOTADA ENQUANTO CRITÉRIOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	393
	Ricardo Antonio Lucas Camargo	
20	TERRITÓRIO E PARCERIAS PARA REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA	425
	Ibraim Rocha	

DIREITO INSTITUCIONAL

21	A CORTESIA COMO PRINCÍPIO, VALOR E DEVER INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO...	449
	João Gaspar Rodrigues	

22	AS CORREGEDORIAS COMO INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	473
	Marco Antonio Santos Amorim	
23	PROMOÇÕES E REMOÇÕES POR MERECIMENTO E SEU SENTIDO DE RECONHECIMENTO. ESTUDO DO CASO DO MINISTÉRIO PÚBLICO GAÚCHO	499
	José Alexandre Zachia Alan	

ENSAIOS JURÍDICOS

24	LEGITIMIDADE DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARA LITIGAR COMO AUTORES EM AÇÕES PRIVADAS AJUIZADAS EM FOROS ESTRANGEIROS	519
	Valerio de Oliveira Mazzuoli	

NORMAS TÉCNICAS PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

A Revista do Ministério Público é uma publicação semestral, com o início no ano de 1941. É editada pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas a publicação é dirigida tanto aos seus membros, como para comunidade jurídica, como professores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos em estudos produzidos na área do Direito ou afim. Os escritos em tese são de livre tema, salvo Edições Temáticas. Contudo, não serão aceitos artigos que violem os princípios e valores constitucionais do Ministério Público, enquanto “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

A Revista adota as seguintes normas editoriais

1. Serão aceitos apenas trabalhos inéditos. Salvo se publicados internacionalmente. Poderão ser avaliados textos se publicados em outra unidade da federação e elaborados por autor com título de doutorado.
2. Os artigos passarão pela apreciação dos Editores na modalidade “às cegas”.
3. Os Editores encaminharão os artigos para apreciação do Conselho Editorial, e também, se necessário, para o Conselho de Professores Convidados, para análise, na qual será recomendada ou rejeitada a publicação.
4. Os pareceres comportarão três possibilidades:
 - a) aceitação integral;
 - b) aceitação com reformulações;
 - c) recusa integral. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.
5. Os autores serão informados sobre eventuais modificações a serem realizadas.

6. Os Editores e o Conselho Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos. Modificações substanciais serão solicitadas aos autores com prazo definido.
7. Se de autor estrangeiro serão aceitos artigos em outra língua. Mas deverão também conter título, resumo, palavras-chave e sumário em português.
8. As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que os responsáveis pela Revista do Ministério Público compartilham das suas opiniões ou juízos.
9. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o autor. Trata-se de publicação gratuita, científica e sem fins lucrativos.
10. A titulação mínima do autor para a publicação é a de Especialista em Direito, Mestrando ou equivalente. Máximo de 5 autores e de 1 artigo por ano.

Forma de apresentação dos manuscritos

Os artigos deverão ser encaminhados por *e-mail* (em PDF e WORD), digitados em espaço de 1,5 nos parágrafos, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, em folha A4, com formatação de margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm, em páginas numeradas iniciando em 01, além da observância das demais normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ainda, as **referências** deverão atender ao seguinte padrão:

- a) Todas obras citadas devem constar no final, sem utilização de “ _____ ” para substituição de nome de autor que se repita.
- b) Citação pelo sistema de nota de rodapé com informação completa. Ou pelo método Autor e data.

A apresentação dos trabalhos deverá seguir as seguintes orientações:

ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS (Nesta Ordem)

1. Título;
2. Nome do(s) autor(es), limite de 5, e nota de rodapé contendo: formação acadêmica, profissão e *e-mail*;
3. Resumo (mínimo 100 e máximo 300 palavras);
4. Cinco (5) Palavras-chave simples ou compostas;
5. Sumário;

6. Os itens 1, 3, 4 e 5 em português e língua estrangeira (preferencialmente inglês: *title*, *abstract*, *keywords* e *summary*);
7. Introdução;
8. Desenvolvimento;
9. Considerações Finais;
10. Referências.

CATEGORIAS

1. **ENSAIOS JURÍDICOS** – Textos entre 6 a 12 páginas. Ou de associado da AMPRS sem titulação. Ou peças processuais que deverão conter os elementos supra de 1 a 5.
2. **ARTIGOS DE DOCTRINA** – Textos entre 13 e 30 páginas.
3. **ARTIGOS DE DOCTRINA INTERNACIONAL** – Textos de 13 e 30 folhas de pesquisa jurídica, elaborado por autor estrangeiro ou sobre norma e direito alienígena.

Demais formatações, seguir o disposto na ABNT.

Padrão Editorial

Todo manuscrito encaminhado à Revista deverá estar de acordo com as normas éticas de pesquisa, vigentes na área do respectivo trabalho, e deverá estar acompanhado de uma carta assinada pelo autor principal, onde esteja explícita a intenção de submissão do trabalho à publicação, contendo autorização para reformulação da linguagem, quando necessário, dispensando os direitos autorais e declarando se tratar de texto inédito, salvo a exceção admitida. Em caso de autoria múltipla, a versão final deverá ter a assinatura de todos os autores, no máximo de 5.

Classificação: Qualis A4.

Título Mínima: Especialista, Mestrando ou equivalente.

Periodicidade: Semestral (janeiro a junho, e julho a dezembro).

Prazos: Revista Ímpar, até 31 de março. Revista Par, até 31 de agosto.

Endereço para envio: <revistadaamprs@gmail.com>. Ou direto na plataforma.

Site da Revista: <<https://www.revistadomprs.org.br/index.php/amprs>>.

Porto Alegre.

Direção da Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRS.

**ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Fernando Andrade Alves
Presidente

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETOR DA REVISTA
Michael Schneider Flach (Doutor)

VICE-DIRETOR
Rodrigo da Silva Brandalise (Doutor)

CONSELHO EDITORIAL
Andrea Almeida Barros (Doutora)
Annelise Monteiro Steigleder (Doutora)
Charles Emil Machado Martins (Doutor)
Fábio Roque Sbardello (Doutor)
Júlia Flores Schütt (Doutora)
Luciano de Faria Brasil (Doutor)
Márcio Schlee Gomes (Mestre)
Vinícius de Melo Lima (Doutor)

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Revista do Ministério Público nº 96 (2024/2).

Trata-se de uma Edição Especial dedicada a tema de Direito Público, Privado e Institucional, somando ao todo 24 artigos.

A publicação em pauta conta com escritos da lavra de Professores, Especialistas Mestres, Doutores e Pesquisadores em geral, dos mais variados ramos do Direito e das Carreiras Jurídicas, com vasta experiência no seu campo de atuação.

Também apresentamos os novos Catedráticos integrantes do Conselho Especial de Professores Doutores Convidados da Revista, completando a renovação deste quadro e somando mais de 50 membros do mais elevado gabarito científico. Todos estes destacados na sua área de ênfase profissional, reconhecidos oficialmente como Doutores e vinculados a grandes Universidades da Península Ibérica e do Continente Americano.

Nosso agradecimento a todos os que colaboraram com a presente edição, e o desejo de uma profícua leitura.

Por fim, convidamos a participar da nossa próxima edição, Revista nº 97, no período de janeiro a junho de 2025, com tema livre e prazo de submissão dos artigos até 31-3-2025, contendo de 13 a 30 páginas, de acordo com as normas de publicação.

Michael Schneider Flach
Diretor da Revista do Ministério Público do RS
Doutor em Ciências Criminais
Pós-doutorando pela Universidade de Coimbra

